

LINS, Manuel de Albuquerque

* pres. SP 1908-1912.

Manuel Joaquim de Albuquerque Lins nasceu em São Miguel dos Campos (AL) no dia [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/6_de_agosto"](http://pt.wikipedia.org/wiki/6_de_agosto) \o "6 de agosto" 20 de setembro de [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1866"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1866) \o "1866" 1852, filho de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins e de Orminda da Rocha e Silva. Seu pai era dono de engenho de açúcar em Alagoas. Seu primo João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, o visconde de Sinimbu, foi presidente do Conselho de Ministros do Império entre 1878 e 1880.

Fez seus primeiros estudos em sua cidade e aos 14 anos seguiu para Salvador, na Bahia, onde estudou humanidades no Seminário Arquiepiscopal. Sentindo vocação eclesiástica, também cursou teologia, mas, apesar de ter recebido os aplausos dos mestres, não foi ordenado por não ter a idade exigida. Resolveu então, em 1871, ir completar seus preparatórios em Pernambuco e em 1873 ingressou na Faculdade de Direito do Recife, recebendo o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1877.

De volta a Alagoas, foi nomeado promotor público no município de Anadia. Desempenhou a função durante pouco mais de um ano, até transferir-se, a conselho do visconde de Sinimbu, para a província de São Paulo. Aí foi juiz municipal e de órfãos de Santos e juiz de direito de São Simão e Ribeirão Preto, sendo posteriormente removido, a pedido, para Tatuí. Nomeado em 1885 chefe de Polícia do Paraná, não chegou a tomar posse em virtude da queda do gabinete do conselheiro Saraiva e o afastamento dos liberais do poder em agosto daquele ano. Pedindo exoneração da magistratura, foi declarado juiz de direito avulso e fixou definitivamente residência na capital paulista, onde se dedicou à advocacia e passou a colaborar na imprensa.

Aliado pelo casamento à tradicional e rica família Sousa Queirós, de muita influência no Partido Liberal da província de São Paulo, foi eleito deputado provincial pelo 5º distrito para a legislatura 1888-1889, que seria a última do Império. Em 1889 foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Norte, mas não chegou a tomar posse. Quando sobreveio a República, em 15 de novembro daquele ano, o Partido Liberal de São Paulo, embora teoricamente preparado para a evolução que se operava, pois havia inscrito em sua

bandeira “A Federação – com a monarquia ou sem ela”, conservou-se a princípio em atitude reservada, e Albuquerque Lins manteve-se discretamente ao lado dos liberais. No dia 18 de novembro de 1889, Antônio da Silva Prado, um dos chefes do Partido Conservador, promoveu uma reunião conjunta com chefe da corrente liberal, o ex-deputado Augusto de Sousa Queirós, cunhado de Albuquerque Lins. Os dois líderes e seus correligionários decidiram dar seu “apoio leal e decidido ao governo provisório de São Paulo, para que ele possa cumprir o seu dever”, e no final do encontro deram por dissolvidos seus partidos.

Tendo recebido o apoio declarado dos antigos partidos do Império, os membros do Partido Republicano Paulista (PRP), que assumiram o governo de São Paulo, resolveram incluir políticos do antigo regime na chapa que concorreria ao Congresso Nacional Constituinte, e desde logo ficou assentada a candidatura de Albuquerque Lins a deputado. Ainda por solidariedade a seus antigos correligionários, teve ele, porém, de retirar a anuência que já havia concedido a essa candidatura oficial. Já na eleição para a Constituinte paulista, contudo, realizada em 30 de abril de 1891, foi eleito com a maior votação entre os candidatos. Empossado em 6 de junho seguinte, tomou parte ativa na elaboração da Carta Magna do estado e, após a promulgação desta, em 14 de julho de 1891, passou a exercer o mandato ordinário.

Desde o Congresso Nacional Constituinte (15/11/1890-25/2/1891), transformado a partir de maio de 1891 em Congresso ordinário, os deputados e senadores federais faziam forte oposição ao governo do marechal Deodoro da Fonseca, sendo tal postura mais evidente na bancada paulista, que apoiara a candidatura de Prudente de Moraes na eleição indireta para a presidência. A tentativa da aprovação pelos parlamentares da chamada Lei de Responsabilidades, que limitava os poderes do presidente da República, acabou por provocar o golpe de Deodoro, que fechou o Congresso no dia 3 de novembro de 1891. Poucos presidentes dos estados apoiaram o golpe, e entre eles estava o de São Paulo, Américo Brasiliense, que fora nomeado por Deodoro em 7 de março anterior.

Enquanto a crise na capital federal levou à renúncia de Deodoro e à sua substituição pelo vice-presidente Floriano Peixoto em 23 de novembro, a reação de Américo Brasilense, que não quis aceitar a saída do marechal da chefia da nação e se negou a deixar o governo

paulista, convulsionou todo o estado. Sua situação política tornou-se porém insustentável, e acabou por levá-lo a renunciar em 15 de dezembro. Substituiu-o por um dia o major Sérgio Tertuliano de Castelo Branco, e a seguir assumiu o governo paulista o vice-presidente do estado José Alves de Cerqueira César. Mesmo alertado de que estaria em curso um movimento revolucionário com o objetivo de destituir os governantes que estavam apoiando o marechal Floriano Peixoto, Cerqueira César continuou no governo e assinou o Decreto nº 15, que foi publicado no Diário Oficial do dia 29 de janeiro de 1892, determinando a dissolução do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo e convocando novas eleições.

Com o fechamento do Legislativo paulista, Albuquerque Lins resolveu se afastar da política e se dedicar a seus negócios particulares. Mas sete anos depois retornaria, sendo eleito vereador à Câmara Municipal de São Paulo para o triênio de 1899-1902 e escolhido por seus pares, por unanimidade, presidente da casa. Em 16 de dezembro de 1901 foi eleito para a vaga de Paulo de Sousa Queirós no Senado Estadual, e tomou posse em 8 de abril de 1902. Renunciou em 2 de maio de 1904, quando foi nomeado secretário da Fazenda pelo presidente do estado Jorge Tibiriçá (1/5/1904-1/5/1908). Exerceria o cargo até 31 de outubro de 1907, quando foi substituído por Olavo Egídio de Sousa Aranha. À frente da secretaria, atuou em defesa da política de valorização do café adotada em face da grande safra cafeeira do período, que abriu uma tremenda crise econômica no estado e muito preocupou o governo.

PRESIDENTE DE SÃO PAULO

Graças à sua gestão na área financeira, quando da disputa pela indicação do candidato à sucessão de Jorge Piratininga, venceu o ex-presidente Campos Sales na convenção do PRP. Formada a chapa governista, foi eleito em 1º de março de 1908, tendo como vice Fernando Prestes de Albuquerque, e tomou posse em 1º de maio de 1908, com mandato até 1º de maio de 1912.

Em sua administração à frente do governo de São Paulo, prosseguiu em sua política de valorização do café; incrementou a entrada de imigrantes, cujo número chegou a 185.367; fomentou a construção de numerosos grupos escolares, tanto na capital como no interior; transformou todas as escolas complementares em escolas normais primárias; criou

institutos profissionais na capital e nas cidades de Amparo e Jacaré; aprovou a planta e orçamento para a edificação das escolas normais de Pirassununga e Botucatu; criou a diretoria geral da Instrução Pública, em substituição à Inspetoria do Ensino; iniciou a reforma do regimento penitenciário, tendo batido a pedra fundamental da penitenciária do estado; criou o Serviço Florestal, visando a desenvolver a silvicultura; criou o Patronato Agrícola; criou os Bancos de Custeio Rural; e lançou os alicerces do palácio das Indústrias, localizado no parque Dom Pedro II, no centro da capital. Entre seus auxiliares estavam Carlos Guimarães, na Secretaria da Fazenda, e Washington Luís, mais tarde presidente da República, na Secretaria da Justiça.

Nas eleições para presidente da República em 1910, foi candidato a vice-presidente na chapa civilista de Rui Barbosa, derrotada pela chapa Hermes da Fonseca-Venceslau Brás. Teve assim perturbados os dois últimos anos de seu governo, quando ocorreu uma tentativa de intervenção federal em São Paulo pela vindita do marechal Hermes, afinal evitada. Ao término de seu governo, transferiu o cargo para o sucessor Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Em 8 de fevereiro de 1913 foi eleito senador estadual para o período de 1913 a 1921, e em 29 de abril de 1922 foi reeleito para o período de 1922 a 1930. Como parlamentar, discutiu os projetos de lei de criação de bancos agrícolas e outras medidas de interesse para a economia paulista.

Foi membro da comissão diretora do PRP, como grande capitalista foi presidente do Banco de São Paulo e da Companhia Mecânica Importadora, e sempre ligado a agricultura, foi importante proprietário rural em Limeira. Faleceu em São Paulo em 7 de janeiro de 1926, em pleno exercício do mandato de senador estadual.

De seu casamento com Helena de Sousa Queirós Lins, teve seis filhos.

Em sua homenagem foi criado, pela Lei nº 1.708, de 27 de dezembro de 1919, o município de Albuquerque Lins, que em 1926 teve alterada a denominação para Lins.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: AMARAL, A. *Dicionário; Correio Paulistano* (8/1/1926); EGAS, E. *Galeria*

(v.2); *Folha da Manhã* (8/1/1926); FONSECA, A.; IGNÁCIO, A.; BRISOLLA, C. *São Paulo; Municípios e distritos*; RIBEIRO, J. *Chronologia*; RIBEIRO, A. *Governantes*..